

Bento Prado Jr. interpreta Rousseau

Maria Isabel Limongi



A retórica de Rousseau e outros ensaios

Bento Prado Jr.
Editora Unesp
438 páginas
R\$ 69,00

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) tem uma obra eclética, que vai da crítica musical à teoria política, passando pelo romance, o teatro e a autobiografia. Muitas vezes, suas posturas parecem contraditórias, o que, somado ao seu temperamento difícil e um tanto paranoico, a contar pelas polêmicas e trocas de acusações em que se envolveu, lhe renderam a imagem de pensador errático e excêntrico. Isso levou muitos a tratarem sua obra como literária e não propriamente filosófica, ou então, como é comum, a pinçar em meio à diversidade dos gêneros os momentos propriamente filosóficos, como *O contrato social*, concentrando aí todo o interesse de Rousseau na filosofia.

A interpretação que Bento Prado Jr. faz dessa obra magistral, à beira do paradoxal, em *A retórica de Rousseau*, tem como marca a recusa da suposta oposição entre literatura e filosofia, assim como da pecha de excentricidade que se colou à obra. Para Bento Prado Jr., a obra de Rousseau tem um centro, que ele denomina retórico, e com alto valor filosófico, além de literário.

O livro trazido a público pela editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) é a reedição do livro organizado em 2008 por Franklin de Matos, onde se encontram pela primeira vez reunidos os escritos de Bento Prado Jr. sobre Rousseau, produzidos entre 1968 e 1977, precedidos por uma iluminadora e não menos elegante apresentação do organizador. O principal e o maior desses escritos estavam até então inéditos, outros haviam sido publicados em vida, dispersos em jornais e revistas. No conjunto, compõem o que teria sido o prometido livro de Bento sobre Rousseau, de cujo projeto seus colegas e alunos recebiam notícias, mas cuja publicação em vida, sabe-se lá por quais razões, sempre foi postergada.

O grande achado de Bento Prado Jr. está na teoria da linguagem que ele extrai do *Ensaio sobre a origem das línguas*, de Rousseau, para vê-la espalhada por toda a obra, como o seu núcleo e princípio de unidade. Para essa teoria, a linguagem – cuja origem está no grito, na espontaneidade do som, que, só num segundo momento, e como um desvio, se deixou ordenar pelas regras da gramática – define-se por sua função retórica, pela sua capacidade de comover, mover e con-

duzir à ação. Rousseau se afasta desse modo da teoria clássica, para a qual a linguagem desempenha um papel fundamentalmente figurativo ou representativo, para analisá-la a partir do que Bento Prado Jr. denomina um paradigma musical, profundamente comprometido com a força política dos discursos e com a trama intersubjetiva em que se tecem.

Feita essa análise, Bento Prado Jr. pode então mostrar como Rousseau faz ele próprio uso político da linguagem, ao explorar sua força retórica em diversos contextos, para fins específicos, sempre práticos e não propriamente teóricos, com o que se revela outro aspecto não menos original e importante do livro: o filósofo que emerge de suas páginas não é o Rousseau do direito público abstrato e idealizado dos manuais de filosofia política, mas um Rousseau atento às particularidades históricas, às variáveis geográficas, à especificidade dos costumes e às circunstâncias da ação. Essa atenção ao particular é o que permite explicar, entre outras, a aparente contradição da crítica ao teatro presente na *Carta a D'Alembert* da parte de um amante das artes cênicas que Rousseau efetivamente foi. É que, na *Carta*, trata-se de Genebra; o caso do teatro na França é outro.

Como se não bastasse, não é só uma belíssima e pungente interpretação de Rousseau o que encontramos no livro. Nele também se pode acompanhar o refinado esforço de Bento Prado Jr. para digerir as referências francesas de sua formação filosófica, em especial o existencialismo e o estruturalismo, de cujas aproximações da obra de Rousseau se vale, e as quais enfrenta, para fazer emergir desse embate um modo muito singular de compreender e fazer filosofia no Brasil. É o que se percebe já nas primeiras páginas do livro, quando Bento Prado Jr. mobiliza Rousseau para contestar a universalidade do método estrutural de análise dos textos filosóficos, então em alta na Universidade de São Paulo (USP). Pois, assim como Rousseau, seu intérprete mostra-se perfeitamente consciente da situação em que se inscreve e opera o seu comentário, assim como de sua função retórica.

Maria Isabel Limongi é professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Mulheres brancas do período colonial

Andréa Lisly Gonçalves



Donas mineiras do período colonial

Maria Beatriz Nizza da Silva
Editora Unesp
197 páginas
R\$ 52,00

Um dos muitos aprendizados que o livro de Maria Beatriz Nizza da Silva nos traz é o de que a história das mulheres, quando bem realizada, inevitavelmente acaba contribuindo para o entendimento da história de gênero. Mesmo que não seja esse o foco de *Donas mineiras do período colonial*, fica claro, ao longo da obra, que as ações reconstituídas só puderam ganhar visibilidade, na maioria dos casos, em razão da atuação de maridos, filhos e integrantes da administração colonial. O que confirma a natureza *relacional* da história de homens e mulheres, traço especialmente realçado pela historiadora Joan Scott em sua obra, marco nos estudos sobre o feminismo.

A escolha pelo estudo das mulheres brancas, cujos nomes se encontram registrados na documentação precedidos do pronome de tratamento “dona”, traz uma série de implicações teóricas. A principal delas talvez possa ser formulada a partir da seguinte pergunta: que correspondência existiria entre esse grupo de mulheres designado por “donas”, na colônia, e aquelas que, na metrópole, faziam parte da nobreza? No centro da questão, o fato de que a sociedade da América portuguesa, por mais que se tenha pautado pela da metrópole, esteve longe de ser um “outro Portugal”. Afirmação válida, sobretudo, para Minas, capitania cujo povoamento se deu pela iniciativa de aventureiros das mais diferentes origens na qual o critério de riqueza talvez fosse mais fundante do que o da procedência ou do sangue. O que explica uma sociedade mais fluida, pelo menos nas décadas iniciais, onde imperava o “descrédito ao formalismo”, nas palavras do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

A ausência de uma nobreza hereditária na América portuguesa, assunto abordado anteriormente pela autora, reforça as peculiaridades de nossas relações sociais, alertando-nos de que o emprego de categorias como “Antigo Regime” pode encobrir, muito mais do que revelar, a realidade do contexto colonial. Portanto, em que pese a imprecisão inescapável do termo para a apreensão do universo de mulheres brancas ricas, a denominação “dona” acaba por ser a definição que mais aproxima, no contexto da realidade colonial, ao mesmo tempo “replicante e desviante”

da sociedade metropolitana, como bem observou o historiador István Jancsó (1938-2010).

Em seu livro, a autora confirma o que a historiografia vem apontando há certo tempo: a diversidade, principalmente econômica, da capitania, que “é muitas” desde os seus primórdios. Assim, são variadas as pendências nas quais as “donas” se envolveram, relacionadas à posse de terras, de sesmarias ou de pequenas roças, mesmo havendo, em bom número, aquelas que tiveram na mineração a sua atividade principal. Estiveram às voltas com a gerência de engenhos, governaram escravos – algumas, com o assombroso número de 440 cativos! –, ocuparam-se, inclusive, da destruição de quilombos, uma maneira de legalizar a posse de suas terras.

Se muitas das experiências do livro situam-se entre o urbano e o rural, entre a agropecuária e a mineração, aquelas abordadas no capítulo 5 relacionam-se, exclusivamente, aos acontecimentos que tiveram lugar na capitania, no ano de 1788: a Inconfidência Mineira. Maria Beatriz Nizza da Silva pergunta-se se elas haviam “conseguido manter os empreendimentos dos maridos sentenciados como inconfidentes”, conseguindo reaver, no todo ou em parte, os bens sequestrados pela Coroa. O caso mais notório é o de Bárbara Heliadora, a “Bárbara Bela” (1759-1819), musa inspiradora do poeta Alvarenga Peixoto (1742-1793). As informações deixadas pela gestão de sua terça parte na herança do casal permitem conhecermos até mesmo seu estado de espírito – de acordo com os filhos, Bárbara Heliadora vivia em profunda melancolia com a perda do marido. A prostração em que se vira teria dado azo a que uma série de aproveitadores a levassem a fazer doações de seus bens, dissipando boa parte da fortuna deixada por Peixoto.

O itinerário de investigação, proposto pela autora, mostra-se de enorme valia para futuros trabalhos. Revela, também, o quanto há para se explorar em fontes oficiais, como as petições à Coroa encaminhadas “por mulheres da elite mineira”, depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e, para o período Joanino, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Andréa Lisly Gonçalves é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.